CUIABÁ EM CRESCIMENTO

Aqui você fica bem informado: *mananotinias.com*.br

MANÁ NOTÍCIAS
MT

Abilio projeta dois novos viadutos para Cuiabá; veja os locais

O prefeito Abilio Brunini (PL) revelou que está estudando a construção de dois novos viadutos em Cuiabá. Os projetos ainda estão em fase de estudos.

Uma das obras seria no cruzamento das avenidas Arquimedes Pereira Lima e Parque do Barbado. E a outra, em frente ao Shopping Estação, ligando os bairros Goiabeiras e Santa Rosa.

Além dos dois novos viadutos, Abilio disse estar elaborando soluções para a rotatória Monte Líbano, localizada na Avenida República do Líbano, e para a entrada do bairro Pedra 90, onde há um conflito com várias ramificações.

“Estamos elaborando um projeto para aquele trecho da Monte Líbano e para a entrada do Pedra 90, que é um conflito entre as várias ramificações da via. Estamos elaborando um viaduto na Arquimedes Pereira Lima com o córrego do Barbado e ao lado do Shopping Estação, cruzando onde hoje é a parte de baixo da Secretaria de Saúde, atravessando para o Santa Rosa”.

Segundo Abilio, com apenas seis meses de mandato é difícil contemplar todas as regiões da cidade.

“Nós estamos com vários projetos em andamento. Assim que estiverem concluídos a gente apresenta à sociedade, mostra as perspectivas, faz as audiências públicas. Mas nesse momento ainda está em fase de estudo. Lembrando que a gente está só há seis meses

Cuiabá precisa de R$ 500 milhões para ser 100% asfaltada; Abilio busca ajuda de Mauro

O prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), afirmou nesta semana que a pavimentação total das vias urbanas da capital mato-grossense exigiria um investimento entre R$ 400 milhões e R$ 500 milhões. O cálculo considera os bairros que ainda não contam com asfalto e a complexidade técnica das obras em determinadas regiões.

Durante a entrevista, Brunini comentou sobre o projeto iniciado ainda na gestão anterior, em que o Governo do Estado assumiu a responsabilidade pela pavimentação de 11 bairros de Cuiabá. Segundo o prefeito, essas obras continuam em execução, diretamente sob a gestão estadual, sem repasse de recursos ao município.

Ilde Taques defende Santa Casa aberta e propõe mobilização por solução definitiva

O vereador Ilde Taques (PSB) saiu em defesa da continuidade do atendimento do Hospital Estadual Santa Casa de Cuiabá. Vice-presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal, o parlamentar destacou que o colegiado tem buscado assegurar a manutenção dos leitos e dos atendimentos por especialistas de diversas áreas e que isso é muito importante para o município e toda a baixada cuiabana.

“A Santa Casa não pode fechar suas portas. Isso seria um retrocesso inaceitável para a saúde pública de Cuiabá”, alertou o parlamentar, durante sessão realizada nesta terça-feira (13.05).

Ilde destacou que, com a inauguração do Hospital Central, o Governo do Estado deixará de administrar a Santa Casa. Embora o prefeito Abílio Brunini (PL) tenha demonstrado interesse em assumir a gestão da unidade, a Justiça do Trabalho autorizou o leilão do prédio para o pagamento de dívidas trabalhistas. O imóvel está avaliado em R$ 78 milhões.

O vereador parabenizou o governador Mauro Mendes (União) pelo avanço das obras do novo Hospital Central. Ele pediu sensibilidade a Mendes para que a Santa Casa permaneça aberta. “Tenho certeza que o governador vai atuar para solucionarmos esta questão e garantir a continuidade dos atendimentos na Santa Casa”.

Ele lembrou que a unidade conta atualmente com 287 leitos, sendo 60 na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), e realizou mais de 30 mil atendimentos de janeiro a setembro de 2024.

Mais de 600 pessoas são atendidas em evento organizado por Ilde Taques e Max Russi

Mais de 600 pessoas foram atendidas na segunda edição do Sábado Social, projeto que leva lazer, serviços e cidadania à população dos bairros de Cuiabá. Organizado pelo vereador Ilde Taques e pelo deputado Max Russi, ambos do PSB, o evento do último sábado (17.05) foi realizado no Centro Comunitário do bairro Bela Vista, atendendo a população de toda a região.

Foram ofertados atendimento médico, odontológico, aferição de pressão, corte de cabelo, maquiagem, esmaltação de unhas, agendamento para emissão do RG infantil e orientações jurídicas e previdenciárias, entre outros serviços.

Presidente do bairro Bela Vista, Lene Xavier agradeceu ao deputado e ao vereador pela iniciativa e pela escolha do bairro para a segunda edição da ação. “Estamos muito felizes com a vinda do Sábado Social para a nossa comunidade, que precisa de atenção, de cuidado e de carinho”.

Liderança comunitária da região, Rita Ciliana Lemes do Nascimento salientou o ineditismo de uma ação como o Sábado Social no bairro. “É a primeira vez que recebemos uma ação social como esta, atendendo não apenas o Bela Vista como toda a região. A comunidade queria sempre algo assim e o deputado e o vereador aceitaram nosso pedido. É um dia muito feliz”.

Câmara aprova projeto de Ilde Taques que cria o Centro de Amparo ao Idoso

A Câmara Municipal de Cuiabá aprovou, nesta terça-feira (27.05), em segunda votação, o Projeto de Lei que cria o Centro de Amparo aos Idosos no município. A proposta, de autoria do vereador Ilde Taques (PSB), representa um importante avanço nas políticas públicas voltadas à população idosa, ao instituir um espaço estruturado para acolhimento, cuidados diários e promoção da convivência social.

O Centro funcionará das 7h às 18h, todos os dias da semana, com possibilidade de moradia temporária em casos excepcionais. O atendimento será destinado a pessoas com 60 anos ou mais, com renda familiar de até dois salários-mínimos, em situação de vulnerabilidade ou risco social.

Segundo o projeto, o espaço oferecerá uma gama de serviços integrados, como acompanhamento médico e de enfermagem, atendimento fisioterapêutico, nutricional, psicológico e social, além de alimentação balanceada e atividades voltadas à melhoria da qualidade de vida dos idosos. Também haverá suporte às famílias e ações de prevenção ao isolamento e à institucionalização.

"Nosso objetivo é garantir dignidade, respeito e cuidado aos nossos idosos, que tanto contribuíram para a construção de nossa cidade. Este Centro será um verdadeiro abrigo de atenção e acolhimento", afirmou o vereador Ilde Taques.

Ilde Taque, Max Russi e Abílio se reúnem para tratar do novo Centro Médico Infantil

O vereador Ilde Taques (PSB) esteve reunido nesta terça-feira (27.05) com o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Max Russi (PSB), e com o prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL). Em pauta o alinhamento para a concretização do repasse, de R$ 6,5 milhões, do legislativo estadual para viabilizar a construção do Centro Médico Infantil de Cuiabá. Os recursos são provenientes de uma emenda de bancada, apresentada pelos parlamentares da baixada cuiabana.

Para Ilde, vice-presidente da Comissão de Saúde da Câmara Municipal, os recursos, que vão possibilitar a construção da unidade, melhorarão o atendimento das crianças cuiabanas. “Esta reunião foi muiito importante para reafirmarmos o compromisso da Assembleia Legislativa com a Prefeitura de Cuiabá. Tenho a certeza de que teremos uma unidade de referência que, com muita eificência, atenderá também as crianças de toda baixada cuiabana”.

O Centro Médico Infantil vai funcionar no antigo Pronto-Socorro Municipal de Cuiabá. Para entrar em funcionamento serão necessárias obras e aquisição de equipamentos voltados ao atendimento pediátrico. “É muito bom quando diversos entes públicos se unem para fazer o bem para as pessoas. Por isso, agradeço ao deputado Max por ter se sensibilizado com esta causa e prontamente buscado soluções junto aos deputados da baixada cuiabana”, pontuou Taques.

Recuperação Judicial no agronegócio não é o fim da linha

Marco Aurélio Mestre Medeiros*

Historicamente associado à força e à resiliência, o agronegócio brasileiro atravessa ciclos econômicos desafiadores que, por vezes, colocam em xeque a saúde financeira de produtores rurais. Com oscilações nos preços das commodities, aumento do custo de insumos, instabilidade cambial e impactos climáticos severos, muitos agricultores e pecuaristas, sejam pessoas físicas ou jurídicas, têm se deparado com dificuldades para honrar seus compromissos. Nesse contexto, a recuperação judicial, ainda cercada de tabus, surge como uma ferramenta estratégica para manter a produção e reorganizar a vida financeira do campo.

Nos últimos anos, o número de pedidos de recuperação judicial no setor cresceu consideravelmente. Dados da Serasa Experian mostram que o agronegócio foi o setor com maior aumento percentual de pedidos em 2024: alta de 138% em relação ao ano anterior.

Ao contrário do que muitos pensam, a Recuperação Judicial não é sinônimo de encerramento das atividades. Na verdade, trata-se de um instrumento previsto na Lei 11.101/2005 (atualizada pela Lei 14.112/2020) que tem como objetivo viabilizar a superação da crise econômico-financeira do devedor, preservando a empresa, os empregos e o cumprimento de suas funções sociais. No caso do agronegócio, a lei estendeu esse direito também ao produtor rural pessoa física, desde que comprove exercício regular da atividade por pelo menos dois anos.

Entre as vantagens do pedido de recuperação judicial, destaca-se a suspensão das execuções judiciais e medidas expropriatórias, uma vez que o produtor ganha um período de 180 dias (prorrogável) durante o qual as cobranças e penhoras ficam suspensas. Isso evita a perda de bens essenciais à continuidade da produção, como máquinas, equipamentos, fazendas e rebanhos.

Além disso, a negociação coletiva com credores permite a reestruturação das dívidas com prazos mais longos, descontos e carências, mediante aprovação do plano de recuperação em assembleia de credores. É uma alternativa muito mais viável e ordenada do que tentar negociar individualmente.

A lei garante a continuidade da produção, o que mantém o giro de caixa e a capacidade de gerar receita, essencial para o pagamento das dívidas e para a retomada do crescimento. O processo força o produtor a rever práticas administrativas, rever contratos, reduzir custos e profissionalizar a gestão. É, portanto, uma chance real de recomeçar de forma mais sólida.

Mais do que uma medida jurídica, a Recuperação Judicial é um instrumento de política agrícola moderna, pois protege a cadeia produtiva e o abastecimento. Quando um produtor quebra, o impacto não se limita à sua família, atinge fornecedores, funcionários, cooperativas, transportadores, o comércio local e, em última instância, a população que consome os produtos.

O preconceito contra o instituto da Recuperação Judicial no campo precisa ser superado. Em vez de ser vista como sinal de fracasso, essa ferramenta deve ser compreendida como um ato de coragem e responsabilidade, capaz de preservar a função econômica da propriedade rural, manter empregos e dar fôlego para que os produtores honrem seus compromissos e sigam produzindo.

O agronegócio brasileiro é um dos mais potentes do planeta, mas também precisa de amparo legal em tempos de crise. E a recuperação judicial, nesse sentido, não é o fim, mas sim a chance de um novo começo. É hora de encarar essa realidade com menos preconceito e mais estratégia.

*Marco Aurélio Mestre Medeiros é advogado especializado em recuperação judicial

Justiça defere recuperação judicial de grupo por dívidas de R$ 153 milhões

A Justiça de Mato Grosso deferiu, nesta quinta-feira (29), o pedido de recuperação judicial formulado pelo Grupo Corrêa da Costa, que atua no setor agropecuário nos municípios de Alta Floresta, Nova Monte Verde e Juara. A decisão foi proferida pela juíza da 4ª Vara Cível da Comarca de Sinop, Giovana Pasqual de Mello.

Com dívidas que somam R$ 153 milhões, o grupo alegou enfrentar uma severa crise econômico-financeira decorrente de uma série de fatores, como os impactos da pandemia de Covid-19, perdas na safra de 2020/2021, desvalorização da arroba bovina, queda do preço da soja, aumento dos custos operacionais e dificuldades no acesso ao crédito rural.

Na decisão, a magistrada reconheceu que os autores preencheram todos os requisitos legais previstos na Lei nº 11.101/2005, incluindo a comprovação do exercício regular da atividade agropecuária há mais de dois anos, documentação contábil e fiscal, além de demonstrar efetiva estrutura produtiva em funcionamento.

A decisão também acolheu o pedido de consolidação processual e substancial, unificando ativos e passivos dos produtores que integram o grupo em um único plano de recuperação judicial, tendo em vista a interdependência operacional, financeira e administrativa do grupo familiar.

Ilde Taques defende equilíbrio entre demandas de empresários e sossego da população em nova 'Lei do Silêncio'

O vereador Ilde Taques (PSB) elogiou a postura do prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), em modernizar a lei que define os limites de som em eventos e estabelecimentos comerciais da Capital. Para o parlamentar, a proposta precisa equilibrar fatores como o fomento às atividades cultural e gastronômica da cidade e o sossego da população. Neste sentido, ele entende que o texto que será apresentado nesta terça-feira (17.06) para deliberação dos vereadores consegue conciliar os interesses de todos.

"Precisávamos atualizar a legislação atual, que foi criada em um outro contexto da nossa cidade, em diversos fatores. Os bares e restaurantes geram emprego e renda para a nossa cidade, os eventos fomentam o turismo de Cuiabá, mas não podemos nos esquecer da população, que precisa ter o seu sossego respeitado, sobretudo no período noturno", pontuou o vereador.

A proposta apresentada por Abílio aos vereadores e empresários dos setores interessados cria diferenciações nos limites de emissão sonora autorizados. Festas residenciais, por exemplo, seguiriam o limite de 60 decibéis até às 22h. Das 22h à meia-noite, este limite cai para 55 decibéis, e após esse horário, não será permitido som mecânico. Já bares e restaurantes com alvará específico deverão emitir som até 75 decibéis até 22h, 65 até a meia-noite, e 60 decibéis após esse horário.

Ilde Taques propõe mudança no PL da Família Acolhedora para impedir que irmãos sejam separados

Gláucio Nogueira - Assessoria do vereador Ilde Taques

O vereador Ilde Taques (PSB) apresentou duas emendas ao Projeto de Lei apresentado pelo Executivo que cria o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no município de Cuiabá. As alterações propostas pelo parlamentar mudam a idade mínima e o tempo de residência no município dos responsáveis pelo acolhimento e asseguram que, se não houver nenhum impedimento, irmãos acolhidos permaneçam juntos. As emendas foram protocoladas nesta terça-feira (17.06).

“A iniciativa do prefeito Abílio Brunini em criar este serviço é muito importante e tem o nosso apoio, mas precisamos aprimorar algumas coisas para que ela se torne eficiente e segura, tanto para as famílias acolhedoras quanto para as crianças e adolescentes afastados de suas famílias por decisões judiciais”, destacou Ilde ao propor as emendas.

A primeira modificação altera o artigo 19 do Projeto de Lei. Inicialmente, o Executivo havia proposto que, entre os requisitos para se qualificar para acolher as crianças e adolescentes, os interessados devem ter idade mínima de 18 anos e um ano de residência na cidade. Para o vereador, a idade mínima deveria ser 21 anos e o tempo mínimo de residência na cidade ampliado para dois anos.

NEWS ALERT
MANÁ NOTÍCIAS
MT

Aqui você fica bem informado. Com as principais noticias de Cuiabá e todo o Estado de Mato Grosso
mananotinias.com.br

Deseja anunciar sua empresa, marca ou serviço aqui em nosso Jornal ou web site ligue para nós ou Mande um Whatsapp: 65 99258-9338

Tiragem de Junho de 2025